

GEOGRAPHICA

Revista da Sociedade de Geografia de Lisboa

Ano IX - Nº 36 - Outubro 1973



ilha de
MAIO

BIBLIOTECA/LIBRARY

R. BARONE
(separatas)

tema/titolo: Hist. CV

Reg.: 04

F. ROGADO QUINTINO

do Centro de Estudos de Ciências Antropológicas

Conheci-a em 1969, numa manhã radiosa de Novembro.

Alcancei-a pelo ar, numa avioneta que descolara da Achada Grande, na ilha de Santiago. Na imensidade prateada do oceano, avistei-a mal a nave levantou voo: uma mancha escura, seis a oito milhas além, emergindo como um dorso de monstro marinho meio adormecido, embalado pela caema.

Chispas de vidraças denunciaram a posição do casario da sua vila principal – Maio também de nome (Porto Inglês durante certo período). Em poucos minutos, transposto o mar arrepanhado de carneirinhos¹, chegámos à ilha. A nave deu duas voltas sobre o burgo e rumou, logo de seguida, para uma planura, três quilómetros a poente. Quase ao mesmo tempo, em terra, partia da vila um jipe, tomando a mesma direcção.

Na planura, que servia de pista, aterrámos – aos safanões.

No jipe, rolámos para o povoado, sobre terreno bravo, despido de qualquer elemento verde.

Nem um ser vivo no trajecto!

Uma vaga de desolação parecia ter varrido a ilha. Na solidão em redor, o motor roncava lúgubre. As poucas palavras trocadas no veículo soavam como pedras caindo sobre chapa de ferro.

Entrámos na vila por uma rua larga – uma avenida em perspectiva. Um passeio pretensioso ao centro, apenas delineado, sem piso cuidado, ostentava, de espaço a espaço, protegidas por vedação, plantas estiolando à mingua de água. Arruamentos de terra batida vinham dar à avenida. Por um deles, fomos desembocar a um acanhado largo, dominado por um velho sobrado. Em frente deste sobrado, um pouco desviado para o lado direito, erguia-se uma casita, de reboco fresco, coberta a telha, mas sem forro. Ali nos acoitamos – eu o meu com-

panheiro da missão.

A vila, àquela hora, estava deserta, apesar de ser manhã já alta!

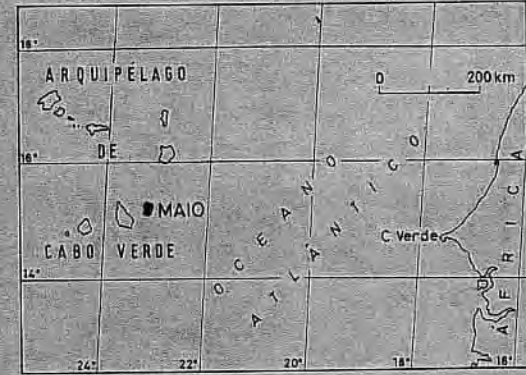
Incorporada no arquipélago de Cabo Verde e formando, com as ilhas de Santiago, Fogo e Brava, o grupo designado sotavento desse arquipélago – situa-se a ilha de Maio a cerca de quinhentas milhas da costa ocidental da África.

Tem forma elíptica, com 14 milhas de eixo maior, no sentido N-S, e 7 de eixo menor, no sentido O-E; é plana e baixa na orla, elevando-se para o interior em bruscos cerros, que se cognominam vaidosamente «montes». O mais alto destes montes – o chamado monte Pinoso – tem apenas 400 m de altura!

Toda a orla se mostra perigosamente agreste, atulhada de obstáculos, com excepção de uma pequena parte a Oeste. O ponto extremo norte (Ponte Galeão²) fica a 15° 20' lat. N; o ponto extremo sul (Ponta Recife) a 15° 05', também lat. N.

Dois ancoradouros permitem o acesso, pelo mar, à ilha: um a NO, outro a SO. Este último serve a Vila de Maio, sede do concelho; a sua enseada, que se estende desde a Ponta Recife à Ponta das Salinas, apresenta fundos de dez metros. Uma restinga de pedras, em frente, resguarda-a, durante uma parte do ano, dos ventos dominantes; durante outra parte, estes ventos – que se denominam «brisas»³ – sopram em rajadas, agitando de tal modo as águas junto do cais que as operações do embarque e do desembarque (de pessoas e cargas) só pode fazer-se em balço de cabo. Quando o mar *está de leite*, uma pessoa pode saltar para o cais – uma rocha fincada na terra; mas tem de ser ágil e trepar rapidamente os degraus talhados nela. Se adrega demorar, ou escorregar, é fatal cair, arrastada pela vaga, e mergulhar no sorvedouro em baixo, para nunca mais voltar à superfície!

A outra enseada, que fica a NO, é designada



Incorporada no grupo sotavento do arquipélago de Cabo Verde, situa-se a ilha de Maio a 500 milhas da Costa Ocidental da África.

Com a sua configuração elíptica, orla muito recortada, Maio é uma nesga de terra batida pelos alísios, calcinada pelo Sol.



O povoado da Figueira Seca, com os seus funcos destacados do conjunto do casario.



Protegida de um círculo de pedra solta, contra a voracidade do gado, a espinheira resiste às estiagens.



À hora de maior calor, o gado junto do curral espera que o dono lhe leve água para matar a sede.

Porto de Pau Seco, nome que provém de um tronco seco que ali existia e servia de ponto de referência aos navegantes. Tem seis braços de fundo e é abrigada dos ventos do sul e sueste. Mas é pouco frequentada – por lhe faltar tráfego compensável.

Um pouco mais ao sul, comunicando com a praia das Salinas, há mais uma pequena baía – a Calheta – aonde só entram lanchas de pouco calado.

Localiza-se a ilha numa zona geográfica de quase nula pluviosidade, submetida, durante períodos longos, ao calor tórrido do Sol – e batida de ventos fortes. Não é de admirar, pois, que ela se mostre escaldada, árida, estéril. Parece, no entanto, que noutras épocas foi mais amena – assim o deixam entrever escritos antigos, que assinalam *culturas de algodão* ali feitas.

Mas hoje as chuvas são escassas; e cada vez mais escassas!

Fora dos vales, medra apenas uma vegetação rala, que pouco cresce e mal se vislumbra na tonalidade suja das terras. Contudo, esta vegetação é útil: serve de pasto ao gado, particularidade que permitiu o povoamento da ilha por pastores, enviados da ilha de Santiago.

Nos vales, salvo um ou outro, só corre água quando chove. Alguns, de parcos brejos, distinguem-se pelas suas culturas.

Na vizinhança dos vales, erguem-se os povoados, com o seu casario tosco, de paredes grosseiras, muitas sem reboco, fachada uniforme, cobertura de colmo ou de folhas de coqueiro. A poucos quilómetros da Vila de Maio, no sítio denominado Lagoa, pratica-se agricultura com alguma regularidade. Fica ali perto o povoado de Barreiro.

Se a ilha, se mostra, em verduras, notoriamente pobre, em maretas salineiras, naturais e artificiais, ela é bastante rica. Na chamada Salina Velha, explorada desde longa data, o mar

entra pela terra, deixando aqui e além charcos – que depois os raios solares transformam em cristais de sal, limpo e cristalino; noutras maretas, fora do alcance das incursões do mar, o braço humano movimenta águas, obtendo também sal, não tão bom e espelento como o outro, mas igualmente branquinho e ótimo para salgas.

Descoberta em 1460, por um tal *Antônio de Nolle, genoes de naçam e homê noble* (ao serviço de D. Henrique por *desgostos da Pátria*), recebeu a ilha o nome de Maio – por ter sido avistada no primeiro dia do mês com esse nome, dia de grande festa em Portugal e em que, noutros tempos, as portas e as janelas das casas se ornavam com flores amarelas, chamadas *Mayas* (ou *Mayaes*, segundo grafia de alguns escribas d'antanho).

Em Dezembro do mesmo ano, foi a ilha doada ao infante D. Fernando, *varão primogénito e herdeiro dos bens da Coroa* – sem embargo de *doutrinas e ordenações* em contrário, *que se consideravam anuladas e cassas, e de nenhũa vallor* – segundo a carta régia.

A doação foi feita juntamente com outras ilhas açorianas e do arquipélago da Madeira⁴.

Não se sabe como – nem porquê! – em fins do século XV, a ilha passou a pertencer, de facto e *de jure*, a Diogo Gomes, da Capitania dos Alcatrazes de Santiago, que a vendeu depois a um tal *Joham Bautista* – como tudo consta de uma carta régia de 10 de Julho de 1504, documento que confirma também a transferência da posse da ilha para Egas e João, dois irmãos casados com duas filhas do referido Bautista (então já falecido): Izabel e Felipa Baptista.

A transferência operou-se nas condições que se seguem:

»– Que ambos a tenham em suas vidas e nas vidas das suas mulheres e filhos – mas só um de cada casal;

– Que o gado que nela tiverem e matarem *assim cabrium como vacuum* paguem das peles e do cebo o respectivo quarto e dízimo (o dízimo, primeiro, e o quarto do que restar – *posto à beira da águas*);

– Que antes de qualquer matança, dela seja avisado o escrivão da Fazenda Real, para o fim deste assistir ao acto e, do gado abatido, arrecadar o direito;

– Que, da matança que se fizer, sem a presença do escrivão, se pague *anoveado*⁵;

– Que o quarto e o dízimo das peles e do cebo do gado abatido, para fornecimento de carnes a navios reais, sejam entregues em Lisboa, ao feitor das ilhas, recebendo deste o preço do frete;

– Que as 30 cabeças de gado *vacum*, compradas pela Fazenda Real, existentes na ilha, sejam entregues aos beneficiários, mediante o pagamento do seu preço de custo, ou sejam 35\$00;

– Que, por falecimento das pessoas contempladas por este benefício (Egas, João, suas mulheres e um filho de cada casal), fique o mesmo benefício extinto, devendo outros presumíveis herdeiros retirarem da ilha tudo quanto lá houver, no prazo máximo de dois anos – para que a dita ilha volte à posse da Coroa;

– Que, das primeiras 4000 cabeças de gado abatido, se não pague, nem quarto, nem dízimo;

– Que, nenhum gado haja na ilha que não seja pertença exclusiva dos beneficiários.»

O texto desta carta de doação deixa claramente ver o alto apreço em que a Fazenda Real tinha a ilha e, simultaneamente, a imagem do *valor* dela, nas primeiras décadas após a descoberta.

Em 1524, mesmo antes de a ilha ficar vaga, apareceram outros interessados na sua posse... futura: o Barão de Alvitto, por exemplo, vedor

da Fazenda, a quem por alvará de 7 de Junho do dito ano⁶ ela foi doada, dizendo-se no texto a doação era para *quando a dyta ilha vagasse ou quall quer parte da ilha*.

Não há conhecimento de ter tido execução prática tão estranho legado; sabe-se, apenas, que em 1573 a Chancelaria de D. Sebastião voltou a doar metade da ilha a uma D. Antónia de Vilhena, com iguais obrigações de quartos e dízimos, sob idêntica condição: *quando também essa metade vagasse*.

Felipa Baptista, mulher de João Coelho (que na altura já falecera), pôs embargos a esta doação. E uma complicada demanda surgiu, entre o Procurador da Coroa (com Guiomar Egas ou Guiomar da Cunha) de um lado e a embargante do outro. No decurso da demanda, faleceu a embargante; mas a causa prosseguiu, em nome do filho desta, André Vaz da Cunha.

Por fim, João de Mello, desembargador dos agravos, decidiu o pleito: reconheceu Martim Afonso Coelho como legítimo herdeiro da metade do Egas e considerou a outra metade *vaga* – por estarem extintas as três vidas especificadas na carta régia de 1504; e declarou válida, legítima e legal a doação desta metade a D. Antónia de Vilhena.

Isto mostra como os Poderes Reais encaravam os problemas ligados à terra descoberta por António de Nolle.

Foi por esta altura (da decisão do pleito) que se criou a freguesia da Nossa Senhora da luz, padroeira da ilha, e se delinheu o povoado no sítio denominado Pinoso⁷.

Até essa data, só havia na ilha *pastores e criadores de gado*, os quais se entregavam à actividade de *carnagem e chacina*⁸, e alguns feitores – *para negócio das ditas carnes, coirama e venda de algodão*.

Pelos vistos, também se fazia ali cultura do algodão.

Era, então, muito limitada a exploração do



Nestes cestos meio submersos, o peixe vivo miúdo aguarda o momento de ser utilizado como isco na pesca do peixe graúdo, no mar alto.

sal; tão limitada que nem sequer se cobrava direito das quantidades que os holandeses levavam!

Os pastores eram todos escravos dos capitães-mores de Santiago!

O povoamento regular da ilha fez-se com gente da ilha da Boa Vista, situada umas milhas mais ao norte.

As quatro principais famílias, que existem ali, procederam dessa ilha. Usam os apelidos Évora, Cardoso, Bento e Spencer.

Nicodemo Évora é proprietário do tal sobrado que domina o largo, onde fica a casinha em que nos instalámos – eu e o meu colega. É um dos descendentes da família indicada. A esse simpático Évora devo preciosos esclarecimentos sobre a vida local e muitas usanças em voga na ilha.

As quatro famílias citadas consideram-se *tradicionais*. Designam-se assim para se distinguirem das mais, que subiram em consideração, por via do dinheiro.

A eterna questão da *nobreza* opondo-se à *burguesia*! Aqui, uma nobreza que nunca chegou a fruir privilégios de real dignidade.

A população de Maio cifra-se em 3684 almas. Foi este número o apurado, no dito ano de 1969, em que visitei a ilha. Os gráficos insertos ilustram a situação demográfica, nas suas particularidades mais interessantes.

Um relatório datado de 1880⁹ noticia que em 1720 havia na ilha 100 pastores, escravos dos proprietários da vizinha ilha de Santiago. Cinco décadas mais tarde, a população subiu para 708, número apurado por Sena Barcelos¹⁰. Este aumento deve-se porventura ao incremento da exploração das salinas – *mão-de-obra para ela*. Foi, pelo menos, por essa altura que o sal começou a ser muito procurado. (Consequência do povoamento das Américas por gente da Europa e escravos da África.)

Sena Barcelos diz que *das 708 pessoas que*

havia na ilha, entre 1774 e 1775, morreram 104; e em todo o arquipélago a fome dizimara – por essa altura – nada menos que 22 666 pessoas!

Uma real calamidade, com efeito!

O arquipélago sofre frequentemente de semelhantes catástrofes – devido a secas. Mas essa foi uma das piores!

Em galeras, de Portugal seguiu, por essa ocasião, para Cabo Verde muito *mantimento, para salvar os famintos*. Só em duas – *Santíssimo Sacramento* e *Paraíba* – Barcelos pormenoriza: *carnes, toucinho, peixe, bolachas, 11 190 alqueires de milho, 996 de feijão frade, 1770 de farinha de pau, 757 de feijão branco, 769 de fava, 134 de biscoitos e 9 de arroz;*

Como esmola – acrescenta; e para vender: *17 914 alqueires de milho, 993 de feijão frade, 1215 de farinha de pau, 1455 de feijão branco, 782 de fava, 300 de biscoitos e 257 de arroz.*

Apesar de muitas crises no género, a população da ilha de Maio, nos períodos intervalares, cresceu sempre, atingindo percentagens de monta, em confronto com os censos anteriores. Em 1960, era de 2718 almas; em 1969, conforme resultado da operação em que colaborei, subiu para 3684!

Distribuíam-se, no dito ano de 1969, a população por 14 povoados, conforme quadro que se segue:

Povoados	População
Morro	262
Calheta	631
Morrinho	230
Cascabulho	100
Santo António	31
Praia	74
Pedro Vaz	230
Alcatraz	109
Pilão Cão	87
Figueira Horta	257
Figueira Seca	49

Barreiro	342
Ribeira D. João	143
Vila de Maio	1139
Total	3684

Todos estes povoados ficam na orla – e junto de vales, os quais, salvo quando chove, permanecem aparentemente secos. Só em dois dos vales (os que se situam junto de Figueira Horta e Ribeira D. João) se vislumbram pauis e zonas verdejantes.

Metade da população é constituída por indivíduos com idade não superior a 15 anos; e 7% com idade superior a 60.

Donde se conclui que a parte activa pouco excede a 40% – percentagem, sem dúvida, muito baixa!

Duas podem ser as causas próximas deste facto: a emigração de gente válida (ante as crises apontadas) e a elevada taxa de natalidade.

A Holanda, até há dois anos, foi o país que mais cabo-verdianos acolheu – donde veio a designação de *holandeses* dada aos emigrantes (qualquer que seja o seu destino). Mais remotamente, era a América; e, mais recentemente, é a Metrópole.

Quanto à natalidade, é já proverbial a explosão demográfica da sociedade cabo-verdiana.

A fecundidade das mulheres atinge realmente índices surpreendentes. Na vila de Maio, encontrei uma com 39 anos e 13 filhos! Concebeu aos 19 anos, a primeira vez; teve quatro partos múltiplos, com quatro homens diferentes – e outros partos simples.

39 anos – 13 filhos!

Na cor da pele, a população oferece uma grande gama de matizes – desde o mulato claro, de olhos azuis, ao preto retinto.

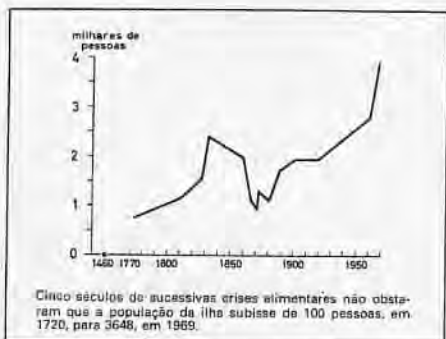
Branços de origem metropolitana foram



Renque de casas no povoado de Morrinho.

Perto do povoado de Morrinho, o gado aguarda paciente a frescura do entardecer.





sempre limitados. No passado, deviam ter sido só os incorporados na Capitania local: um capitão, um alferes e um furriel (*anspeçada*, como então se chamava). Os soldados deviam ter sido todos de origem nativa.

Em 1969, só lá havia dois brancos: o pároco da freguesia e o proprietário da única fábrica de conservas de peixe em laboração, ali existente.

Pretos retintos – cada vez os há menos; tendem todo para a mulatização. Daí o sentir-se o natural da ilha ofendido, quando o apelidam de *africano*.

«Africanos, nós? – arremedam. – Africanos são os pretos da África! Nós somos cabo-verdianos!», – rematam orgulhosos, meio encolerizados.

Cabo Verde é a parcela do Ultramar português africano com menos analfabetos! – assim se ouve proclamar com frequência. Contudo, na ilha de Maio, mais de 40% da população não sabe ler, nem escrever! O censo acusou 552 varões analfabetos e 995 fêmeas, num total de 3684!

Pode o caso explicar-se como consequência de uma situação vinda de época anterior – em que a instrução, nas mulheres sobretudo, era

um luxo. O censo realmente acusa um número de indivíduos deste sexo superior ao dobro do do sexo contrário. A coisa tende, no entanto, a modificar-se, em face da quantidade de escolas já ali em funcionamento e a notória afluência a todas elas.

Toda a gente sabe falar português; mas, nas conversas habituais, poucos se expressam nessa língua. A maioria prefere o crioulo – e faz gala em utilizá-lo, talvez por as ideias e as imagens ganharem nesse dialecto mais vigor, com o *saltire* do seu entono.

Restritas são as zonas verdes, na ilha, como se disse. As que existem provêm, sobretudo, de actividades desenvolvidas pelas tais chamadas *famílias tradicionais*, donas de vales.

Fora dos vales, ou da sua vizinhança, o solo mostra-se sáfaro.

Sáfaro – entenda-se – mas não estéril; em caindo umas bâtegas de água, logo desse solo irrompe, furiosa, uma vegetação, que só não ganha viço e coloração, por falta de continuidade da queda das bâtegas.

Quando as precipitações decorrem regulares, toda a gente se entrega, jubilosa, ao afã da sementeira – mesmo fora dos vales. As manchas verdes surtem, então, por toda a parte – alargam-se, multiplicam-se! A ilha torna-se airosa, bela, fecunda!

Se a chuva começa a faltar, depressa a vegetação perde o viço – tudo seca, tudo morre! Só vinga a bravia, rala, fulva, que serve, todavia, de pasto ao gado.

Em regra, as bâtegas são logo de início escassas; e muito raramente caem com regularidade. Por isso, o solo aparenta aquele aspecto habitual de esterilidade. Nos próprios vales, os exemplares arbóreos contam-se a dedo; limitam-se a espécies frutíferas: coqueiros, laranjeiras, papaias, bananeiras, mangueiras, limoeiros, etc.

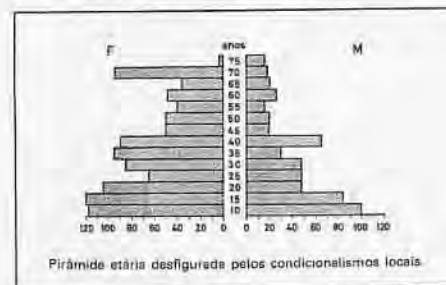
Uma só árvore resiste a todas as secas: a rústica *espinheira* ou *espinho*. As suas folhas são aproveitadas na preparação de soluções para curtimenta de peles; e os seus frutos servem para alimentar o gado. São ainda deste tipo as árvores com que se ornamentam em regra as ruas dos povoados.

No primeiro período da ocupação da ilha, explorou-se, ao que parece a cultura do algodão; mas, logo que o comércio do sal começou a tornar-se lucrativo, menosprezou-se essa cultura, devotando-se as pessoas à exploração das maretas.

O sal era na altura transportado das salinas ao cais de embarque, em sacos, sobre burros, e ali acumulado em pirâmides – cada pirâmide pertencendo a um produtor.

Nenhum navio podia transportar sal só de um produtor. O comércio fazia-se pelo sistema rotativo: porções limitadas de cada produtor, cabendo a *roda* a todos!

No séc. XVIII, os ingleses apoderaram-se da ilha e começaram a explorar as salinas em seu exclusivo proveito, alegando que a ilha lhes pertencia... *por ter cabido em dote a D. Catarina!* (casada com Carlos II). Dessa época, vem a designação temporária de Porto Inglês, dada à vila principal. Quando os direitos de Portugal foram oficialmente reconhecidos, de novo a vila passou a chamar-se Vila de Maio.



O sal, a certa altura, baixou de cotação; o seu negócio decaiu – mais rapidamente do que se esperava, porque as dificuldades do carregamento do produto não permitiam a competição do porto com outros portos de centros produtores. E não se voltou à cultura do algodão, porque também este produto tinha sofrido baixa, ante a avalanche de tecidos baratos da indústria europeia e americana (fabricados com algodão de muito superior qualidade).

A cana sacarina, que chegou a ter algum incremento, com o negócio do açúcar mascavado e de aguardente, veio por causas similares a ter também queda brusca.

Tudo assim concorreu para abalar a economia da ilha, agravar a situação dos seus habitantes.

A agricultura ficou reduzida à expressão ínfima. Hoje, praticamente, apenas se cultivam na ilha, em áreas restritas: milho, feijão, abóbora, mandioca, batata-doce, melancia, melão, meloa e algumas plantas frutíferas.

Fora dos vales, os tratos pertencem ao município, que os traz arrendados, por preços irrisórios, a algumas centenas de pessoas, as quais os aproveitam, nos anos de chuva regular, para culturas limitadas de milho. Noutros anos – que são os mais frequentes – cresce neles uma vegetação espontânea, herbácea, atrofiada, quase seca, que é devorada pelo gado.

A principal actividade na ilha foi sempre, por isso, a exploração pecuária. Dela procedem, na quase totalidade, os recursos para a sobrevivência dos habitantes: leite e carne.

O leite é bebido fresco – ou *dormido*, nome dado ao leite coalhado (estado em que fica quando *dormido* dum dia para outro, ao calor do ambiente).

Do leite, se faz queijo – uma espécie de queijo cabreiro, de largo consumo noutras ilhas do arquipélago.

A carne (de vaca, de porco, ou de cabra) é



Sentada na cama, apreensiva com a estiagem, a dona da casa pensa no seu problema de alimentação.



Na quase total nudez do solo, é sempre aprazível uma paisagem como a que a «foto» ilustra.

consumida fresca, ou conservada em salmoura e consumida aos poucos; ou ainda vendida, para consumo fora da ilha.

Noutros tempos, a carne em salmoura era conhecida por *carne de chacina* – por evocar matanças imoderadas, destinadas a esse fim.

A propósito de crises alimentares, conseqüentes da seca, ocorre anotar o seguinte curioso facto: *quando o homem passa mal, o gado passa melhor* – e vice-versa. Explica-se isto, porque, chovendo bem, os campos são aproveitados para culturas – e os pastos mingam. Sendo o ano agrícola mau, nos campos cresce o pasto – e o gado regala-se!

É bem certo o rifão: «Mal duns, bem doutros ...»

Vive-se, no entanto, de uma maneira geral, na ilha, sob o signo de provações. Raras são as épocas de passadio regular. Quando a fome aperta, de tudo se lança mão!

De tudo – bem entendido – de tudo aquilo que, para o alcançar, se não exige demasiado esforço. É o caso das gramíneas rústicas *djédjê* e *pega-saia* de que se faz em tais ocasiões larga colheita, apesar do seu fraco valor nutritivo – e insipidez de sabor.

Em época de crise, tudo serve para alimentação.

Se há, porém, necessidade de despendir muita energia – faltam ganas para tanto! –; a população prefere, (ao que parece) deixar-se então enfraquecer!

É estranho que ninguém se entregue, em tal conjuntura, à faina da pesca – sendo, como é, a costa muito rica em peixe. Outra razão não pode existir, com efeito, senão falta de ganas, para a gente da ilha se furtar a semelhante actividade? A pesca seria realmente remédio seguro para as calamidades que afectam a população.

Durante a minha permanência na ilha, um só indivíduo encontrei, munido de cana de pes-

ca e esse pescava, por diletantismo! Ficou todo enxofrado, quando viu que estava sendo alvejado pela minha máquina fotográfica. Desfiz-me em desculpas, claro, para o acalmar e não agravar a situação.

À tarefa regular da pesca na ilha dedica-se uma só pessoa: um branco metropolitano, dono de uma fábrica de conservas de peixe. As conservas que este fabrica também não são vendidas na ilha. Ninguém lhas compra!

A população vive do que produz. Cada qual produz para si. Pouca gente consegue, com o que produz, amealhar; não pode comprar por isso o que lhe falta.

O estado de pobreza é geral. Nos anos de seca, todos pedem trabalho – à guisa de quem pede esmola. E dá-se-lhes trabalho ... realmente como esmola! Trabalho que não luz, que não oferece qualquer interesse positivo para a estrutura económica da terra.

O pescador branco pesca peixe miúdo na costa e, depois, utiliza este peixe, como isco, na pesca de peixe graúdo, no mar alto. Enquanto o não utiliza, conserva-o em cestos grandes, que ficam a boiar, meio submersos na água (presos por cabos com pesos no fundo). O barco pesqueiro leva-os depois, quando vai à faina, agarrados ao flanco, matendo-os na mesma posição: meio submersos.

Nas proximidades do arquipélago, dezenas de pesqueiros (mais de uma centena!) chineses, japoneses e coreanos se entregam à pesca!

É triste não haver uma empresa nacional, actuando também ali e empregando mão-de-obra cabo-verdiana. Seria uma forma de, pelo menos em parte, cessar a emigração rumando para Holanda.

Os emigrantes, fora, tudo quanto podem amealhar mandam para a terra – uma terra que, afinal, só lhes dá provações, mas pela qual, apesar de tudo, sentem (estranha ironia do destino!) uma irresistível nostalgia.

Perguntei a um natural que desejaria ele, para se sentir feliz. Resposta pronta: «Chuva! Bastante chuva na terra!»

Chuva! – eis a súplica de mil vozes em desespero, quando ela começa a faltar, na altura esperada.

O cabo-verdiano vive subjogado por esta ideia. Em 1969 a chuva caiu; mas faltou depois. As sementes chegaram a grelar. As plantas depois mirraram e tudo secou!

Com a escassez de alimentos, outro problema igualmente angustiante surge: o da falta de material de queima para a cozinha. A palha seca, só por si – que se apanha – arde rapidamente. Não serve. Obvia-se a dificuldade, misturando-a com bosta de vaca. A massa assim obtida, seca ao sol, é partida aos bocados e utilizada como *briquetes*.

Não obstante a pobreza geral, toda a gente possui o seu larzinho: um casebre modesto, tosco, escassamente mobilado – mas propriedade do ocupante.

Raríssima é a pessoa que se acolhe em casa arrendada. Pode ser uma choça – um simples funco! – mas a toca é própria.

Na quase totalidade, as casas são de planta rectangular ou quadrada, paredes de pedra solta, apuradas a preceito. Algumas são em alvenaria, de pedra e cal, rebocadas e cobertas a telha. Estas últimas, em regra, pertencem a emigrantes trabalhando na Holanda – *holandeses!*

Muitas têm cobertura de colmo ou de folhas de coqueiro. E dispõem-se num povoado alinhadas, firmes como soldados em formação. Só os funcos saem deste ordenamento!

Às vezes um só renque de casebres forma um povoado!

Na Vila de Maio, sede do concelho, grande número de casas estão rebocadas, bem acabadas, caiadas, cobertas de telha de fabrico local (saída da fábrica de Nicodemo Évora).

Nos restantes povoados, as melhores são de famílias de emigrantes.

As paredes são erguidas sem preocupação de caboucos fundos. A fachada principal apresenta uma porta e uma janela – ou duas janelas, uma de cada lado da porta. Na fachada trazeira, há uma outra porta, que dá para o quintal, o qual é em regra murado. As paredes laterais, sem vãos, encostam-se umas às outras num renque de casas.

O pavimento é de cimento ou de terra batida.

Umás habitações compõem-se de um só compartimento; e o seu recheio reduz-se a uma cama, encostada a uma parede lateral, e uma mesa, em frente da porta de entrada – mesa frágil, com bancos ou cadeiras oscilantes, pés amarrados com cordas. Nem sempre, contudo, as divisões correspondem ao número de pessoas que albergam; influi mais nisso a situação financeira do proprietário.

As casitas de *holandeses* destacam-se pelas fachadas embelezadas, revelando bom passadio dos ocupantes.

Há casas com porras feitas de bocados de tábuas de caixotes, sem qualquer aparelho.

Nenhuma casa tem forro – nem é preciso! – Em terra de chuva rara, sem vegetação, sem humidade, dispensa-se muito bem tal comodidade.

Os tectos são quase todos de duas águas, muito raramente de quatro. A arrumação dos materiais, no interior, denota em alguns casos preocupação estética: as camadas de colmo acomodam-se, logrando, pela espessura, um efeito agradável à vista.

Toda a armação do telhado é presa por tirantes de corda⁶, que descem pelas paredes e se fixam no chão. Assim se procura evitar que a cobertura se desarticule, com as rajadas das chamadas *brisas*.

Se um pobre-diabo pretende construir a sua

casinha, toda a vizinhança o ajuda, a troco de alguns *grogs* e uma «cáchupada»!

Cada casita possui, como ficou dito, o seu quintal, vedado com muros de pedras soltas. No quintal fica a cozinha, destacada da habitação.

Alguns quintais funcionam como currais, embora a recolha do gado não cause cuidados a ninguém. A ilha é pequena, desprovida de felinos rapinadores. E garunos também os não há. Se algum tentasse arrebatá-la, seria logo catrafilado.

Um pormenor que me surpreendeu: as vacas leiteiras e as cabras em igual estado andam com dois pés ligados: o pé dianteiro direito ao pé trazeiro esquerdo. A corda tem uma folga, permitindo uma marcha normal, mas sempre vagarosa.

Os currais circulares, que se vêem nos descampados, destinam-se a reunir rebanhos para receber tratamento à hora de maior calor. Os

donos levam-lhes água, para matar a sede.

Cuidar do gado é quase a única ocupação da gente da terra. Madrugada alta, todos abalam das suas casas, para levar os seus rebanhos a sítios de boa pastagem. Daí a razão por que, nos povoados, de dia, não se vê vivalma! Do nascer ao pôr do Sol, as casas ficam vazias: as portas por vezes abertas, mas sem ninguém dentro!

Na maior parte dos casebres, coisa alguma, aliás, pode despertar cobiça a quem quer que seja: catres velhos, colchões estripados, lençóis remendados – tudo em estado deplorável. Nas paredes, um ou outro quadro encaixilhado – e imagens de revistas coladas. Em escaparates, nas casas mais cuidadas, simulando *bibelots*, os mais extravagantes objectos: garrafas e frascos vazios de formas exóticas, velhas pilhas secas, grandes lâmpadas fundidas, latinhas de cores berrantes, caixinhas de cartão, etc.

Nas casinhas de *holandeses*, o ambiente é mais acolhedor: alguns móveis geitosos, malas forradas de cretone servindo de assentos, armários triangulares cobrindo os cantos, passadeiras de oleado, transístores, etc.

Nas traseiras, fora, ao lado da porta que dá acesso ao quintal, fica, por vezes, o pote de água para beber, convenientemente tapado, com uma latinha por cima da tampa, a servir de púcaro.

Há quem enterre o pote no chão, deixando o gargalo e a boca de fora – e regue a terra à volta, para tomar a água fresca.

Pode haver bilhas de bom barro dentro da casa – mas sem água!

As latas vazias aproveitavam-nas como utensílios. As grandes, de petróleo ou gasolina, para transporte de água. Cortadas, substituem panelas e tachos.

Até bóias de ferro, esféricas, dadas à costa, perdidas de barcos pesqueiros, decepadas de um lado, servem de caldeirões!

A iluminação é a petróleo. Cada casa tem o

seu candeeiro, de tipo colonial, com ou sem pé alto – assente sobre uma mesa ou sobre um escaparate.

Só em casas de *holandeses*, candeeiros dependurados deitam jactos mais fortes de luz.

Onde a pobreza é extrema, uma simples lamparina improvisada, de lata vazia, chama oscilante, fuliginosa, alumia a casa.

A nota dominante, como ficou dito, é a modéstia generalizada. Poucas pessoas vivem des preocupadas.

Se alguém, no entanto, atravessa lance mais aflitivo, toda a vizinhança o ajuda – apesar da pobreza própria.

É admirável este espírito de abnegação, só existente porventura em gente que vive sob a perspectiva de situação análoga.

Na indumentária, a falta de meios toma maior evidência. As roupas são, em geral, pobres, rotas, com remendos de cores variadas.

Os homens usam uma camisola, ou uma camisa esganhada, de meia manga (não raro de uma manga inteira e outra suprimida, estracinhada) e umas calças cambadas, ou uns calções enxovalhados. Traz, no entanto, sempre um chapéu na cabeça, nem que seja de palha barata!

As mulheres vestem saias e uma blusa; saias umas sobre outras, todas mais ou menos encardidas – e um lenço na cabeça, com pontas em riste, atadas atrás.

Nota-se uma acentuada preferência por roupas pretas – consequência, porventura, do abuso do luto. O viúvo, ou a viúva, nunca larga o preto! Parentes em primeiro grau andam de luto um ano inteiro – e outro ano, de luto aliviado. Os de segundo grau respeitam metade destes dois períodos. Simples amigos, pessoas que privam com o defunto, envergam farpela preta durante três meses! – a contar da chamada cerimónia do *levantar da esteira*, que ocorre

no sétimo dia da morte.

Espalhafatoso alarido segue a qualquer morte. A vizinhança acorre. O cadáver é logo vestido e aguarda, em casa, sobre uma esteira, 24 horas, a inumação. A cama do defunto é logo desmanhada e com o colchão posta fora, no terreiro. Ali fica esperando o seu destino.

Na sala de entrada, é estendida uma outra esteira, onde as mulheres se juntam, para chorar uma semana inteira! – noite e dia, em cadência sonora, subindo e baixando de tom.

Decorridas as 24 horas, o cadáver é transportado ao cemitério da Vila de Maio, único existente na ilha.

O choro em casa do falecido só cessa no sétimo dia, altura em que se *levanta a esteira*. E tudo logo abala num minuto!

O respeito pelo místico número *sete* enxerga-se noutras práticas – uma das quais é a *cerimónia da vigília*, em crioulo conhecida pela expressão «pega-cabeça».

Tal cerimónia ocorre no sétimo dia do nascimento de uma criança.

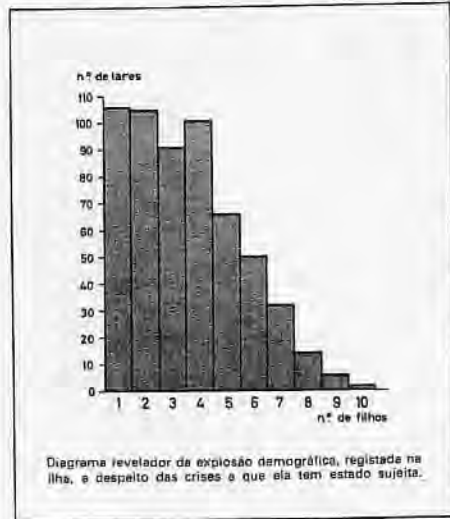
Nesse dia, e durante toda a noite, os parentes e pessoas que privam com os pais passam a noite em claro junto do renascido bebendo café e *grogs*.

A prática deve ligar-se aos tempos do feitiçismo – em que os riscos das infecções, no período da cicatrização do umbigo, e a mortalidade infantil se atribuíam a espíritos malignos. No dia da queda do umbigo, último dos riscos *pega-se à cabeça* da criança – para impedir que ela seja arrebatada pelos espíritos.

Apesar da pobreza da terra, os naturais capricham em viver nela; e sofrem terrivelmente quando forçados a emigrar e enquanto permanecem ausentes.

No povoado da Calheta, falei com uma mulherzinha que esteve em São Tomé, a trabalhar numa roça:

«Uma terra de muita chuva, – disse. – Muita





Com tirantes de corda, abraçando os telhados, os moradores precatam-se contra as «brisas» ciclônicas que tudo levam pelo ar – até as coberturas de casas!



Numa casa donde acaba de cair um cadáver, pungentes gritos põem a vizinhança em visível estado de consternação.



chuva, muita humidade e muita fartura. Mas eu prefiro viver aqui. A vida lá, apesar da chuva que cai, é muito dura, pelo modo como nos obrigam a trabalhar. O pessoal é frequentemente castigado, traduzindo-se os castigos em descontos nos salários. Ao romper d'alva, começa a faina. Marca-se trabalho para o dia. Se o trabalho marcado não é acabado por qualquer razão, num dia, o feitor desconta-nos salários. Com a humidade exagerada do ambiente, por outro lado, os pés gretam-se, no roçar com plantas rasteiras, agrestes, do caminho. Há lá, com efeito, muito feijão, muita batata, muito milho, mas não há saúde; nem há alegria! Prefiro a minha terra, apesar de ser pobre.»

Assim rematou a mulherzita, quando interpelada.

Na ilha de Maio, come-se três vezes ao dia; havendo abundância: de manhã, papa de *leite dormido*, com farelo de milho; ao meio-dia, uma refeição igual; ao jantar, pela tardinha, a invariável *cachupa* (milho, cozido, com toucinho e peixe ou carne).

Em períodos de crise alimentar, só há uma refeição: a do jantar. Nos casos extremos, como já se disse, come-se o que aparece: em regra, o feijão *bongolom*, o *djédjé* ou a *pega-saia*.

Com a *cachupa*, não raro se bebe café, a substituir o pão; ou se come bocadinhos de batata-doce, ou *cuscus* (um bolo de farinha de milho ou de arroz, cozido a banho-maria).

Toda a população é católica apostólica romana; mas segue um catolicismo recheado de inopinadas singularidades.

As crianças são baptizadas antes de completar um mês – nunca depois. Recebem um nome, que pode ou não ser igual ao do registo. Muito frequentemente recebem um no baptismo, outro no registo e um terceiro, chamado «nominho», no convívio caseiro. Por este últi-

mo, ficam conhecidos durante a vida inteira. Nem a própria família, por vezes, se lembra do nome do registo ou do baptismo!

Assim, Andreza pode ignorar que se chama também, e realmente, Álvaro Silva, ou Alvarinho; Abílio pode ser na verdade Francisco Borges; Benvido pode ser Júlio Cardoso. É sempre um problema identificar uma pessoa por documentos.

Na idade escolar, esta identificação torna-se necessária; traz surpresas que assumem verdadeira comicidade porque só por «nominhos» na vida corrente, todos se conhecem.

As raparigas, até há pouco tempo, não frequentavam escolas. Só vinham, por isso, a ter problemas, quando se casavam. Como no passado, as uniões irregulares eram frequentes, as mulheres, quando assim unidas, viviam uma vida inteira na ignorância completa dos nomes constantes do baptismo e do Registo Civil.

Em cada povoado há uma capela; mas as cerimónias religiosas só se realizam com regularidade na Igreja Matriz da Vila de Maio. Aos domingos, é obrigatório uma pessoa, pelo menos, de cada família, ir à missa à Vila de Maio.

Em casas particulares, não se vê, um oratório! Nem uma imagem, nem uma litográfica ou uma escultura! Há só um sacrário em cada povoado (com S. José, Virgem Maria e Menino Jesus), sacrário que percorre as casas todas, nos dias festivos. Dizem que foi por iniciativa da Igreja Matriz que o sacrário surgiu, à míngua de párocos com residência permanente nos povoados.

Na Igreja Matriz funciona uma escola de catequese, com o fim de as crianças se crismarem. Só recebe crisma quem souber bem o catecismo.

As rezas são em português; mas muito frequentemente se inserem nelas expressões crioulas.

No dia 2 de Novembro, dia dos defuntos, todos vão à missa – à Vila de Maio. E todos rezam por alma dos seus defuntos.

Na Páscoa e na altura do Natal, na Vila de Maio e no povoado da Calheta, fazem procissão – que é chamada de S. José, bastante concorrida.

Quando alguém adoece, a família corre à igreja acender uma vela e prometer uma missa pelas melhoras do doente. Se a pessoa morre, em casa reza-se durante meses um padre-nosso e uma ave-maria – pela alma do defunto.

O protestantismo é considerado uma heresia.

Não se tem ideia da figura do Diabo; não se acredita também em feitiçaria.

As desgraças são recebidas como castigos divinos.

Se a chuva demora, todos vão à igreja e pedem ao padre novenas sucessivas.

Socialmente, as pessoas são iguais – endinheiradas ou não. Um pobre pode casar com uma rica.

O que pode prejudicar uma união é a dúvida sobre a honradez de qualquer dos nubentes. A honra é aqui empregada no sentido lato: pessoa que mente, que intriga, que rouba é destituída de honra.

Um ilustrado pode ganhar consideração, mas não distinção social.

Os velhos são respeitados. As crianças cumprimentam as pessoas crescidas, estendendo a mão e esperando que lhe batam em cima dela. Depois, levam a palma da mão batida à testa.

Antigamente, em reuniões de família, contavam-se historietas de animais aos novos – *histórias de divertimento*, como se lhes chamavam.

Hoje, pouca gente liga a isso.

A sabedoria popular ajuiza-se pelos provérbios de uso corrente. Eles dão realmente bem nota dos conceitos morais em voga – convenem pela sublimação da sua forma verbal. Al-

guns são em crioulo e bem expressivos:

Bu ta tchora àgua per ôdjo: choras água pelos olhos – deitas lágrimas-de-crocodilo;

Alguem ku si bôca é suma Nhor Deus ku si Mundo: alguém com a sua boca é como Deus com o seu Mundo – quem tem boca chega a Roma;

Fome na barriga, juízo na cabeça: refina-se o juízo quando há fome;

Contente suma buli de bâtê: está contente como a cabeça de leite quando mexida;

Quem tá ri detraz, tá ri más sabe: quem se ri último, ri melhor;

Hodje n'tem, manhã Deus ta dá: hoje tenho, amanhã Deus me dará;

Lume ku polvora ka ta dá: Lume e pólvora não se dão;

Sol posto, dia cabado: mal o Sol se põe o dia acaba;

Tem tchêo kumá ponta é na pedra: tem tanto como os pontapés que se dão na pedra;

Barriga farta ka tem preço: nada melhor que barriga farta;

Dentro de alguém qui é alguém: cada qual sabe o que se passa no seu íntimo;

Lingua ku tá embarcá pé: se fala de mais complicam-se as coisas;

Bu ta tôrrá kuma peon; giras como pião – deixas-te levar facilmente;

Bôta verde, panha maduro: deita-se em verde, apanha-se em maduro.

NOTAS

¹ Pequenas vagas que se entrecrocavam no mar alto, provocando espuma branca.

² Nome advindo do galeão *Conceição*, que ali se perdeu, embatendo nos batios de pedra (cmf. Lopes de Lima – *Statista sobre as Possessões Portuguesas*, 1844).

³ Designação eufemística, dos ventos quase ciclónicos que sopram do NE, em certas épocas do ano.

⁴ Fr. António Bráúo – *Monumenta Missionaria Africana*: Pág. 409, vol. I.

⁵ Multa correspondente a nove vezes a taxa corrente.

⁶ Fr. António Bráúo – *ob. cit.*

⁷ Perto do monte do mesmo nome, no Leste da ilha.

⁸ A corda é feita de castro (filamentos da casca de coco). Algumas cordas são de nylon.



Muros de pedra solta delimitam propriedades áridas, apenas ornadas, de escassos coqueirais, com as suas copas umbelíferas, elevando-se melancólicas para o Céu.



Em forno apropriado, com ostras e conchas queimadas, fabrica-se cal para as paredes de alvenaria.

Plana na orla, a terra eleva-se no interior em bruscos cerros, oferecendo perspectivas que a imagem ilustra.



ABSTRACT

This article is a small monographic study of the island of Maio, one of the ten islands that make up the Cape Verde archipelago. The author begins by alluding to the means by which he reached this island – by air, in a small monoplane which embarked from Santiago Island, eight miles away.

Further on, he analyzes the geographical position of the island and points out its most salient characteristics, from the physical as well as the biological point of view. Going back in time, he relates the most important events that occurred from the time of its discovery in 1460. He stresses that its settlement was carried out with slaves who were shepherds from Santiago Island. In the beginning, the island was exploited in an exclusively pastoral fashion. Some time later, some small agricultural activity was developed, but it never was more than weak.

In the twentieth century, agricultural activity was almost completely abandoned in favor of the exploitation of salt deposits. Salt came to be much in demand, with the voyages and mass emigration of European peoples to America.

The author synthesizes aspects of the historical evolution and present demographic situation of the island, in order later to enter into details connected with the life of the inhabitants: their material and spiritual life, both being conditioned by the overriding factor of rain. Droughts are frequent and, as a general rule, the population lives subjected to privations, and in a latent state of hunger.

Emigration attenuates this situation in part. The emigrant economizes and sends his savings home, for which he feels – despite all the trials and tribulations – an overwhelming nostalgia.

The population is Catholic and considers Protestantism heretical – the work of the Devil!

However, no one has any real notion of what the Devil is. Misfortunes are interpreted as the punishment of God.

A cama desmanhada, com o colchão, fica no terreiro, fora da casa, enquanto o cadáver da pessoa que nela dormiu aguarda a sua sepultura, numa esteira, enquanto decorrem as cerimônias tenebrosas.



Rubén Barone Tosco